
PORTUGAL E A INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA DO MAGREBE

*O presente artigo resulta de um trabalho de investigação do autor, na sua qualidade de Assessor do Instituto da Defesa Nacional, que serviu de base para a conferência que proferiu no Centro de Estudos Internacionais em 24 de Outubro de 1995, no decurso de um Seminário subordinado ao tema geral, **Magrebe: Desenvolvimento e Segurança Regional.***

Sumário:

Pretende-se avaliar, através de um bosquejo histórico e de uma análise sucinta do quadro geopolítico Magrebino, o seu valor estratégico potencial, os possíveis riscos e tipos de conflitualidade entre os países da margem sul do Mediterrâneo e seus possíveis reflexos nos países da margem Norte.

Pretende-se, ainda, pôr em evidência a necessidade de uma subdivisão em regiões estratégicas, atendendo não só à complexidade dos problemas existentes nessas regiões como também, face à multiplicidade de Organizações Internacionais e Regionais de Segurança que tendem ali a exercer a sua influência.

Por último, mencionam-se as posições de Portugal no âmbito multilateral no quadro da segurança e defesa colectiva, assim como no âmbito bilateral com os demais países com interesses na região, e os acordos já celebrados com o Reino de Marrocos e a República da Tunísia.

Luís de Medeiros Ferreira

PORTUGAL
E A
INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA DO MAGREBE

1. INTRODUÇÃO

Antes de referir a forma como procurarei abordar o tema que me foi atribuído, o que farei na segunda parte desta nota prévia, julgo oportuno salientar cinco questões que se colocam no plano conceptual, e que estarão presentes ao longo da minha exposição:

A unidade geopolítica da Europa Marítima e do Magrebe – segundo COEHEN, Saul B. – só seria possível através da persuasão económica e política desde que não evoluísse no sentido da exploração económica numa só direcção;

Os conceitos de Segurança, Defesa e Desenvolvimento, conforme interpretação do Instituto da Defesa Nacional (IDN), sendo interdependentes, desenvolvem-se simultaneamente, e a sua abordagem, também por isso, é feita de uma forma integrada;

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) não menciona explicitamente a área em apreço porquanto apenas faz referência genérica à região do Mediterrâneo e do Norte de África;

Na hierarquização do conceito das ameaças, estas devem ser consideradas como o produto das possibilidades pelas intenções de um determinado actor internacional – ou agente – permitindo assim a elaboração de cenários que cubram uma banda razoável do possível espectro dos conflitos;

Pese embora procure a explicitação das posições de Portugal face à influência estratégica do Magrebe, não poderia também deixar de salientar a sua importância no quadro das políticas das Alianças Internacionais de que somos parte, assim como no quadro da UE e cujos interesses igualmente convergem na referida região.

A realidade das coisas, todavia, altera por vezes alguns dos conceitos que ao longo do tempo se foram consolidando sendo, no caso vertente, as dificuldades conceptuais resultantes dos seguintes factores:

A determinação dos limites da Europa Marítima como problema geopolítico crucial;

A imposição, na actualidade, de padrões de Desenvolvimento a muitos países, sem que haja uma clara definição dos sistemas de Segurança colectivos, onde se irão inserir no futuro;

A própria evolução dos acontecimentos implicar, relativamente às áreas atrás referidas, constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/94 de 13 de Janeiro (CEDN), que o Senhor Ministro da Defesa Nacional se refira explicitamente ao Magrebe como uma região em que o programa de «Parceria para a Paz» (PFP) do North Atlantic Cooperation Council (NACC) deveria ter em consideração, como se verificou numa conferência que proferiu no IDN, em Maio de 1994;

O facto de poderem coexistir, como se verifica nos nossos dias pela ausência de Ameaças, situações em que poderá ocorrer Segurança sem necessidade de Defesa.

Dito isto, irei procurar avaliar através de um bosquejo histórico e de uma análise do quadro geopolítico Magrebino, ainda que de uma forma sucinta, o seu valor estratégico potencial; os riscos passíveis de conflito entre os países da margem Sul do Mediterrâneo, já que a ameaça militar Sul/Norte tem pouca probabilidade de ocorrer; e, a necessidade da sua subdivisão em regiões estratégicas, atendendo à complexidade dos problemas existentes na região do Mediterrâneo (como aparece inicialmente referida na Acta de Helsínquia, pela CSCE). Decorrente destas avaliações irei salientar as posições de Portugal no Quadro da Segurança e Defesa colectiva, designadamente, perante a NATO, UE, UEO e as Organizações Regionais de Segurança. E, por fim, referir as posições de alguns países com interesses na região, assim como os acordos bilaterais na área da cooperação e defesa celebrados por Portugal com o Reino de Marrocos e a República da Tunísia.

2. UM BOSQUEJO HISTÓRICO SOBRE O MEDITERRÂNEO

Para os Fenícios o cerne da segurança e prosperidade do Mediterrâneo estava no comércio.

Para os Gregos seria a cultura o elemento aglutinador dessa segurança e desenvolvimento, tendo sido aplicado para o Mediterrâneo a palavra talassocracia.

Para os Romanos, a chave estaria no Império baseado fundamentalmente

nas feitorias, já que a falta de recursos humanos e meios navais para a ocupação total da região não permitiam uma colonização de toda a bacia mediterrânica.

A rivalidade hispano-franco-austríaca sobre a Itália iria desviar as atenções sobre o Mediterrâneo durante a Idade Média.

Na Idade Moderna, para o controle do Mediterrâneo tornar-se-ia necessária uma aliança Anglo-Francesa.

Para o Império Espanhol a defesa dos seus interesses implicaria o controle do Mediterrâneo Ocidental desde Itália até aos pontos de apoio existentes no Norte de África.

No Mediterrâneo Oriental o Império Otomano, com base nas suas possessões na Argélia e na Tunísia, iria pressionar sobre Andaluzia, Valência e a Sicília.

No século XVIII a presença no Mediterrâneo do Reino Unido e a sua rivalidade com os Franceses implicaria que, até ao final do século XIX Londres ocupasse o Egipto e o Canal do Suez utilizando os pontos de apoio em Gibraltar, Malta e Chipre.

Conseguiram, por via disso, na área, uma forte implantação industrial, comercial e militar.

Durante a Segunda Guerra Mundial os EUA substituíram o Reino Unido com a particularidade de não pretenderem controlar territórios mas somente dispor de bases de aluguer.

Durante os anos 70 a esquadra soviética iria procurar, de forma precária, a divisão bipolar no Mediterrâneo.

A queda da ex-URSS e a alteração do dispositivo dos EUA deixam a sensação de algum vazio estratégico, e por via disso, a possibilidade dum aumento de conflitualidade na bacia Mediterrânica talvez superior à existente nos últimos 50 anos.

3. O QUADRO GEOPOLÍTICO MAGREBINO

Na definição do Magrebe, para além de Marrocos, Argélia e Tunísia fazem parte a Mauritânia e a Líbia, o que prefaz uma população de cerca de 65 milhões de habitantes vivendo, na sua maioria, entre as vertentes do Atlas e as zonas costeiras do Mediterrâneo e do Atlântico.

Ainda que de forma necessariamente sucinta, julgo oportuno referir da análise do Quadro Geopolítico Magrebino, os seguintes aspectos que por forma directa ou indirecta poderão vir a influenciar Portugal:

ESTRUTURAS DO PODER POLÍTICO

O sistema constituído pelos países do Magrebe é heterogéneo, posto que existem regimes desde a Monarquia Constitucional pluripartidária a regimes de partido único. Face às diversas interpretações do Alcorão tornam-se muito complexas as relações de poder, sendo corolário disso a existência dos múltiplos califados.

Sendo difícil a separação do fenómeno religioso do conceito de Estado, não será fácil a implantação de regimes democráticos pluralistas do tipo ocidental, tanto mais que conforme expressa o Alcorão: «só Alá pode legislar e só os seus descendentes têm capacidade para executar».

É conseqüentemente menos compatível nesses países a separação entre a religião e o Estado.

Para além disso, poder-se-ão acrescentar algumas perspectivas de pouca estabilidade se considerarmos:

Possíveis pretensões de hegemonia, preponderância e mesmo algumas reivindicações territoriais (designadamente os possíveis reflexos pós-referendum no Sara Ocidental, as situações em Ceuta, Melila e até em Gibraltar);

A situação preocupante que se vive na Argélia, consequência do Fundamentalismo e das suas ligações ao Irão no plano cultural e ao Iraque no âmbito da energia nuclear, apesar da vitória do General Zeroual nas eleições presidenciais de Novembro de 1995;

O terrorismo, que se crê apoiado pelo Fundamentalismo Islâmico, não dispondo nem da estrutura nem da hierarquia semelhante à dos outros grupos terroristas, constitui problema de difícil solução para a segurança interna de qualquer Estado;

Os vínculos ainda mantidos com o complexo militar industrial do Leste Europeu, com reflexos na manutenção, operabilidade e até na segurança do material das Forças Armadas do Magrebe.

ESTRUTURAS DO PODER ECONÓMICO

Estas estão muito correlacionadas com as exportações dos recursos energéticos e não energéticos existentes na região.

Assim, e no que concerne aos primeiros, é de salientar que o Magrebe com uma produção de cerca de 161 biliões de pés cúbicos de *gás natural*, atingiu uma produção de cerca de 17% do total da OPEP (694 biliões de pés cúbicos).

A produção de cerca de 2,4 milhões de barris/dia, equivaleu à exploração de cerca de 10% do total de *petróleo* da OPEP (23 milhões de barris/dia). Estes elementos são relativos a Janeiro de 1991.

No caso vertente da Líbia, é oportuno ainda realçar que cerca de 98% das suas exportações são provenientes do *petróleo* (num total de cerca de 10 biliões de dólares).

Quanto aos recursos minerais não-energéticos merecem destaque o ferro da Argélia e da Mauritânia e ainda os fosfatos de Marrocos que após a sua inclusão no território do Sara Ocidental, assegurará a quase totalidade do comércio dos fosfatos.

No que diz respeito à exportação dos produtos alimentares só assumem algum significado as frutas e os legumes de Marrocos e da Tunísia, que representam cerca de 30% das suas exportações para a UE.

A indústria das pescas assume especial significado para Marrocos já que, nos últimos 10 anos, duplicou o número de empregos (para 135 000), triplicou o valor das suas exportações (para 5400 milhões de dirhams) e duplicou a tonelagem do seu consumo interno (para 150 000 toneladas).

Dos países do Magrebe, exceptuando a Mauritânia que tem um mar territorial de 70 milhas, os restantes aderiram à convenção das 12 milhas.

A Argélia e a Líbia não demarcaram nenhuma Zona Económica Exclusiva (ZEE), enquanto que a da Tunísia é de 50 milhas. A Mauritânia e Marrocos demarcaram em 1978 e 1981, respectivamente, ZEE's de 200 milhas.

Pelo Regulamento da CEE n.º 3954/92 do Conselho de 19 de Dezembro, celebrou-se um acordo em matéria de pescas marítimas entre a CEE e o Reino de Marrocos. Terminaram as negociações aguardando-se a ratificação dos Estados-membros para a celebração dum novo acordo entre a UE e o Reino de Marrocos, com as críticas conhecidas por parte dos armadores e pescadores Espanhóis e Portugueses.

A repartição por sectores das decisões de financiamento da Comunidade Europeia (CE) a favor dos países do Magrebe destinam-se a Infra-estruturas, Indústria e Agricultura num total de cerca de 85%, enquanto que os sectores da Formação, Cooperação Científica, Comércio, Saúde, Ambiente e o da Energia repartem entre si os restantes 15%.

As trocas comerciais entre a Comunidade Europeia (CE) e a União do Magrebe Árabe (UMA) relativas a alimentos, matérias primas, energia e manufacturados, constituem, nos nossos dias, elementos de interdependência, já que uma grave crise económica nos países da UMA se traduziria na baixa das suas

importações, com reflexos no âmbito empresarial e laboral na Europa. De forma idêntica, a deterioração nos fluxos comunitários afectaria inexoravelmente a situação no Magrebe.

No intuito de manter uma situação económica idêntica à actual, as necessidades totais dos países do Magrebe estão estimadas em cerca de 28 000 milhões de dólares. Já o fluxo intermagrebino, no que diz respeito quer a importações quer a exportações, atinge apenas cerca de 10% do comércio externo total dos países do Magrebe, apesar de algumas dessas economias serem dirigidas e até protegidas.

Da Europa dos 12, e face a elementos referentes a 1989, Portugal, em termos de importações dos países do Magrebe, está em 9.º lugar seguido da Dinamarca, Grécia e Irlanda.

Dos países do Sul da Europa, Portugal é o que detém a menor percentagem do comércio externo com o Magrebe.

ESTRUTURAS DO PODER MILITAR

As Forças Armadas (FA's) do Magrebe, tendo colaborado na luta de libertação e independência dos seus países, mantiveram, mesmo depois dessas independências e durante o período do conflito Leste/Oeste, as suas estruturas logísticas e operacionais. Os seus objectivos essenciais continuam a ser o controlo de possíveis tentativas à alteração das fronteiras e as ameaças à segurança interna dos seus países. Estamos perante FA's muito vinculadas ao contexto regional.

Dá que os riscos provenientes de tentativas de alastramento do Fundamentalismo Islâmico ou da eclosão de actos de terrorismo poderão originar situações conflituais entre os países do Magrebe.

Contudo, não é provável que possam constituir ameaça militar fora das suas fronteiras aos países da margem Norte do Mediterrâneo.

O AMBIENTE

Do ponto de vista ambiental julgo ser de referir como factores de possível instabilidade os seguintes:

A diminuição dos recursos de água doce, designadamente dos poços do sub-solo e o facto de cerca de 70% do consumo de água se destinar às regas de produtos agrícolas;

A contaminação do mar Mediterrâneo, corolário não só dos acidentes com navios petroleiros (110 acidentes num período de 15 anos), mas também da poluição industrial dos países da margem Norte, que como sabemos, constituem 14% da produção mundial. Também não deverá ser esquecido que navios e submarinos com propulsão nuclear navegam no Mediterrâneo com os riscos daí inerentes.

O problema das pescas, quer no Mediterrâneo onde apesar dos reduzidos recursos cerca de 3/4 das capturas se destinam aos países da margem Norte, quer nas costas Africanas do Atlântico onde o excessivo esforço de pesca implica necessariamente redução das capturas.

O alastramento da desertificação do Sara.

ALGUNS CENÁRIOS DECORRENTES DAS VULNERABILIDADES E POTENCIALIDADES

Cerca de 50% da população do Magrebe tem idade inferior a 18 anos, sendo possível que nos próximos 25 anos duplique a população da Argélia, de Marrocos e da Tunísia com os inerentes problemas sociais, agravados ainda pela vivência nos grandes centros urbanos.

Aumentarão as dependências do exterior, que não sendo satisfeitas, terão como consequências o aumento dos fluxos migratórios.

A situação preocupante que se vive na Argélia, em que os actos terroristas já provocaram cerca de 30 000 vítimas e pretenderam alastrar ao território Francês.

Mesmo depois das presidenciais de 16 de Novembro de 1995 a situação na Argélia terá dificuldades em estabilizar e poderá evoluir para cenários desde o caos à Libaneza (com possível alastramento aos países vizinhos); passando pela situação mista do tipo do Sudão (em que o exército e alguns grupos moderados de Islamistas partilharão o poder), para um golpe de estado militar, sendo também de admitir a possibilidade de um pacto de transição, com partilha territorial de zonas de influência.

Desde 1991 que a missão de paz da ONU no Sara Ocidental tem vindo a adiar os prazos para a realização dum referendun face à impossibilidade de entendimento sobre os eleitores.

Na reunião havida na ONU em Dezembro de 1995, enquanto que a França, o Reino Unido e os Estados-Unidos formam uma coligação favorável à integração do Sara no reino de Marrocos, a China a Rússia e os países da OUA advertem que a aprovação do referendun conduzirá a um conflito no Magrebe.

Apesar da importância das FA's em todos os países do Magrebe, estas estão dependentes do exterior não só na aquisição do material mas também em muitos aspectos relativos à sua manutenção e consequente operabilidade.

Uma referência específica à Mauritânia, que dispõe de reservas de ferro de cerca de 200 milhões de toneladas, sendo o país mais pobre do Magrebe, mas que detém uma situação estratégica de alguma importância na zona de transição entre o Magrebe e a África Negra.

A seguir à região da África do Sul, o Magrebe é uma das regiões mais ricas de África, apesar de representar apenas 4% do comércio mundial.

COROLÁRIOS DA ANÁLISE DO QUADRO GEOPOLÍTICO DO MAGREBE

Do que antecede, verifica-se a existência de factores de instabilidade consequência das estruturas dos sistemas políticos, de algumas reivindicações territoriais e sobretudo de problemas do tipo social, demográfico e religioso.

O fundamentalismo Islâmico, em especial a sua componente xenófoba, poderá constituir um risco para os países da região, mas não deverá constituir perigo para os países da margem Norte do Mediterrâneo, excepto no que concerne ao possível aumento do fluxo migratório.

Face às interdependências económicas, entretanto geradas entre a UE e o Magrebe, a instabilidade nesta região afectará por via directa e indirecta os interesses político-económicos de Portugal.

Para além disso, a sua posição geográfica face à proximidade do continente Europeu e dos pontos vitais das rotas de navegação do Sul do Mediterrâneo e do Atlântico, conferem valor estratégico aos países da região do Magrebe.

4. A SEGURANÇA E DEFESA COLECTIVA NO MEDITERRÂNEO E AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

Embora de forma necessariamente sucinta, considero oportuno referir algumas posições mas também abordar possíveis cenários de intervenção das Organizações de Segurança e Defesa com interesses na região.

Isto porque, Portugal fazendo parte dessas organizações terá igualmente nesses «fora» de potenciar a defesa dos seus interesses, face à influência estratégica exercida, no caso vertente, pela região do Magrebe.

Assim:

A NATO E A UEO

Subordinado ao SACEUR, a NATO dispõe no flanco Sul do comando AFSOUTH, ao qual estão atribuídas Forças Terrestres do Sul e Sudoeste da Europa e Forças aero-navais dos Estados-membros do Sul da Europa incluindo a Turquia. Foi constituído em 1989, com carácter não-permanente, um agrupamento Naval para o Mediterrâneo o NAVOCFORMED evoluindo posteriormente para STANAVFORMED.

Foi dado conhecimento ao Conselho do Atlântico Norte no passado dia 29 de Setembro de 1995, das missões, tarefas, estrutura de forças, organização e comando da EUROFOR e EUROMARFOR no quadro da UEO. Estas forças destinam-se ao cumprimento das missões consignadas na Declaração de Pettersberg (Junho de 1992) e constituem um contributo para a Identidade de Segurança e Defesa Europeia, como reforço do Pilar Europeu da Aliança.

A constituição da EUROFOR e da EUROMARFOR está baseada nos princípios da transparência e complementaridade entre a NATO e a UEO estabelecendo-se que os Estados-membros darão prioridade às missões previstas no âmbito do art.º 5.º do Tratado de Washington, no âmbito da NATO.

O emprego daquelas forças em missões fora do âmbito previsto no art.º 5.º, serão acordadas após as consultas previstas em conformidade com o estabelecido na reunião da NATO de Janeiro de 1994.

O Comando e o Estado-Maior da EUROMARFOR serão definidos a partir de Outubro de 1995, prevendo-se que esta força aero-naval participe no exercício multinacional «EOLO 96», após o sancionamento no encontro de Ministros da NATO, previsto para Dezembro de 1995.

Com a adesão inicial de países da margem Norte do Mediterrâneo, e apesar de algumas carências nas áreas da Logística e do sistema C4I, esta tentativa em curso permitirá garantir maior operacionalidade à UEO para o cumprimento das missões da Declaração de Pettersberg.

Foi durante a Presidência Portuguesa da UEO, e através da Declaração de Lisboa em Maio de 1995 que às Forças terrestres e aeronavais da Itália, França e Espanha se declararam as intenções do contributo de Forças Portuguesas. Posteriormente na 40.ª Reunião da Assembleia Geral da UEO em Junho de 1995, foi manifestada a intenção da participação de Forças da Grécia.

Como a França e a Espanha fazem parte das estruturas da NATO, primordialmente para efeitos das missões decorrentes do art.º 5.º do Tratado de Washington, poder-se-à nos planos bilateral e multilateral estarmos perante o embrião de futuras missões conjuntas e combinadas de acordo com o novo

conceito de «Combined Joint Task-Forces» (CJFT), envolvendo missões no âmbito da «Parceria para a Paz» (PfP) na «Zona do Mediterrâneo Ocidental».

A UE

Desde 1972 que a CEE tem procurado desenvolver uma política de segurança colectiva com preponderância da componente económica, no intuito de conseguir uma melhoria de vida das populações do Magrebe no sentido da sua fixação e do desenvolvimento da região.

Todavia para o Professor SAMI NAIR da Universidade de Paris, essa política exclusivamente mercantil tem enriquecido ainda mais o Norte e empobrecido ainda mais o Sul.

Distingue nessa política 3 fases distintas, a saber:

1.ª fase, de 1972 a 1980 a chamada *política global* nas áreas do comércio, tecnologia, investigação e desenvolvimento, que diminuiu os fluxos em 13% e aumentou as dependências e a dívida do Sul, conforme o agravamento verificado posteriormente entre 1981 e 1989.

2.ª fase, com início em 1990 e inicialmente prevista para o período de 1992 a 1996, foi a da chamada *Política Mediterrânica Renovada* em que foi proposta a execução dos conceitos de *co-desenvolvimento* e *associação* que, criando novas regras de cooperação descentralizada, não permitiu a criação de focos estratégicos que articulassem a complementaridade económica entre as duas margens do Mediterrâneo.

Por isso, a 3.ª fase, com início em 1995, tem como objectivo conseguir um espaço euro-mediterrânico em 2010.

Procurar-se-à para a região do Magrebe o desenvolvimento das infra-estruturas sociais, urbanas e rurais, a protecção do meio ambiente e os apoios para a integração regional. Conclui o Professor SAMI NAIR, que, contrariamente ao previsto para os países do Centro e Leste Europeu, não se anuncia nenhum objectivo de integração para os países do Magrebe.

A UE, como comunidade alargada, tem conseguido transmitir aos países do Norte da Europa as dificuldades sentidas no flanco Sul designadamente na região do Magrebe. Todavia após a CIG96, se persistir o conceito duma Europa a «várias velocidades», não se poderá caminhar para que os países do Sul da Europa sejam considerados como uma «Zona Tampão» entre Norte da Europa rico e a margem Sul do Mediterrâneo pobre?

Julgo que não, se for desenvolvido o preconizado nos Anexos I e IV das Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa de Junho de 1992. Nesses Anexos são definidas as relações Euromagrebina «...através duma firme vontade de prosseguir uma política global que contribua para a estabilidade e prosperidade da região Mediterrânica, com base numa concepção que privilegie as relações entre os parceiros e permita um intercâmbio regular de informações assim como uma maior concertação no domínio político e da segurança.

A OSCE. A CARTA DE PARIS. O GRUPO 5+5. A CSCM E A CONFERÊNCIA EURO-MEDITERRÂNEA

Desde a Acta Final de Helsínquia (1975) que *Portugal* assinou o vínculo e a necessidade de, como membro da CSCE, cooperar com os Estados-não-participantes da área do Mediterrâneo.

Após 15 anos, 34 dos Estados signatários da CSCE reforçam, através da *Carta de Paris*, a necessidade de promover as condições propícias ao desenvolvimento harmonioso dos Estados não-participantes do Mediterrâneo com o objectivo de reforçar a estabilidade na área.

Com a entrada em 1986 de Portugal e Espanha para a UE o centro de gravidade Europeu desloca-se para o Mediterrâneo e inicia-se a Política Mediterrânica Renovada.

Desde Fevereiro de 1989 que a UMA, constituída pela Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia, procuram nessa associação uma mais eficiente ligação à CEE, através da cooperação e diálogo com Itália, Espanha, França, Portugal e a presença de Malta como observador.

A invasão do Koweit em 1990, cancelou uma Conferência de Segurança e Cooperação para o Mediterrâneo prevista para Setembro de 1990.

Este Grupo dos 5+5, desde o encontro de Argel em Abril de 1992, tem procurado uma estratégia de cooperação em assuntos de segurança e defesa nesta «Zona comum do Mediterrâneo Ocidental».

Decorrentes das reuniões do Conselho Europeu de Lisboa em Junho de 1992 e posteriormente em Corfu em 1994, no intuito de incrementar as relações Norte/Sul na área Mediterrânica, ocorreu em 27 e 28 de Novembro de 1995 em Barcelona uma Conferência de Segurança e Cooperação do Mediterrâneo (CSCM) dentro do quadro da OSCE e no prosseguimento dos princípios atrás referidos, embora com ambições mais modestas do que as inicialmente preconizadas na Conferência de Helsínquia.

A *Conferência de Barcelona* reuniu a Europa dos 15 com 12 Estados da margem Sul e mais 11 Estados como observadores procurando na História da experiência Fenícia uma «Zona de Comércio Livre» (ZCL) para o ano 2010.

Esse mercado comum será acompanhado de políticas voluntaristas, instrumentos de regulação e transferências financeiras.

Será um mercado entre parceiros desigualmente desenvolvidos e portanto assimétrico. As economias do Sul ou se modernizam ou assistir-se-á à destruição do seu tecido artesanal industrial com reflexos na balança de pagamentos, desemprego e recessão.

Para evitar esses riscos a UE arbitrou na cimeira de Cannes ajudas financeiras para acompanhar o processo num total de cerca de 900 000 milhões de escudos, sem esquecer os auxílios financeiros no âmbito bilateral.

Todavia esses investimentos são 8 vezes menores do que os dos EUA no México e menos 15 vezes que os do Japão no SE Asiático.

A canalização dos investimentos para a margem Sul tem um triplo obstáculo: os Governos que só os promovem, os empresários que não arriscam e os sindicatos que defendem os postos de trabalho na Europa.

Na conferência Euro-Mediterrânica celebraram-se, ainda, acordos no âmbito da Investigação e Desenvolvimento englobando cerca de 90 000 milhões de escudos. As áreas de investigação são o meio ambiente, a saúde, os recursos renováveis e as cidades, primordialmente.

No fórum de debate sobre os investimentos foi criado uma «Agência de Garantia e Investimentos» e um «Centro de Informação Euro-Mediterrâneo.»

Não se explicitou suficientemente alguns aspectos essenciais como os direitos da mulher, as energias renováveis e o turismo.

No fórum das imigrações foi solicitada uma carta mediterrânica para os direitos dos imigrantes e uma uniformização das políticas dos 38 países presentes em matéria de entrada, permanência e trabalho.

Paralelamente à Conferência Intergovernamental, reuniu-se um Fórum alternativo de cerca de 2000 pessoas e convocado por cerca de 300 Organizações não Governamentais, com sede em 18 países da Europa e na bacia mediterrânica.

Criticaram a criação duma ZCL excluindo a livre circulação das pessoas, e por isso no Fórum alternativo foi referida a imigração como uma discussão fundamental.

Do ponto de vista de *Segurança e Defesa* a Conferência Euro-Mediterrânica foi um catálogo de intenções comumente aceites como o respeito da integri-

dade territorial, a renúncia à ameaça ou ao emprego da força, e capacidades militares envolvendo apenas as suficientes para a legítima defesa.

Para além disso não faz sentido falar de Segurança e Defesa no Mediterrâneo sem que sejam implementados os acordos de paz entre a Síria e Israel e consequentemente a desnuclearização do Médio-Oriente.

5. OS INTERESSES DE ALGUNS PAÍSES NA REGIÃO MEDITERRÂNICA E OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL, MARROCOS E A TUNÍSIA

O ALARGAMENTO A LESTE E A MARITIMIDADE EUROPEIA

Os pedidos de adesão dos países do Centro e Leste Europeu à UE, farão deslocar o seu centro de gravidade político do Centro do Atlântico para uma posição mais continental.

Conferir-lhe-à esse alargamento para além duma visão mais continental, a necessidade de encarar de forma diferente a região do Mediterrâneo.

Com efeito, a Europa Ocidental mesmo com o alargamento a Leste continua a ser a periferia dum grande continente devendo por isso desenvolver uma visão marítima, isto porque:

- não poderá esquecer que as ameaças ao continente Europeu também podem ocorrer através do mar Egeu e do Adriático;
- sendo dependente de recursos energéticos e não-energéticos necessita, por isso, de prestar especial atenção às ligações marítimas ao Médio-Oriente e à África Subsariana;
- as suas importações e exportações, na grande maioria, estão dependentes da utilização do mar.

OS EUA

Durante o período bipolar o «Controle do Mediterrâneo» foi discutido entre as esquadras dos EUA e da ex-URSS, com manifesta vantagem para os EUA.

Nos nossos dias, os EUA continuam a manifestar interesses no mar Mediterrâneo, tendo por isso dessa região estratégica uma visão sistémica, muito embora manifeste especial atenção à área do Médio-Oriente.

Considerando a NATO como uma âncora nas relações transatlânticas, os EUA

mantêm laços fortes na região do Magrebe com o Reino de Marrocos e com a República da Tunísia.

A FRANÇA

Do Livro Branco sobre a Defesa Nacional de 1994, estão explicitamente mencionados na secção referente aos interesses estratégicos Franceses, o Mediterrâneo e o Magrebe, designadamente a Argélia, face à dependência do gás natural importado desse país.

O Mediterrâneo assim como o Médio-Oriente são regiões consideradas de *interesse vital*.

Embora não existam acordos de defesa escritos, a França dispõe de bases de cooperação no âmbito bilateral com alguns países do Magrebe, permitindo assim que nalgumas situações possam ser concedidos auxílios nos planos político e militar a esses países.

A ALEMANHA

Como é sabido, no que diz respeito à política externa e de segurança, a Alemanha está mais orientada para o Centro e Leste Europeu e para a Rússia.

Todavia num «white paper» publicado em 1994, foi considerado que os desenvolvimentos na *Bacia do Mediterrâneo* jogam um papel importante na segurança e estabilidade da Europa.

São citados os problemas decorrentes da proliferação de armas de destruição maciça e o aumento do armamento convencional nos países do Norte de África.

Em 12 de Julho de 1994, por determinação do Tribunal Constitucional, foram autorizadas as FA's Alemãs a actuarem fora da área da NATO, mas só sob a legitimidade da ONU.

O REINO-UNIDO

No relatório anual das FA's apresentado em Abril de 1994, o governo Inglês refere a percepção da não existência duma ameaça no flanco Sul da Europa.

Dispondo de presença militar em Chipre, Gibraltar, Turquia e Itália e de fragatas e submarinos no Mediterrâneo, a Inglaterra tem necessariamente uma visão sistémica do Mediterrâneo e tem como propósitos garantir a segurança e protecção dos territórios dos seus aliados.

A ESPANHA

Tem vindo a aumentar o seu interesse pelo Magrebe. Todavia em 1993 apenas 12% do seu investimento externo se destinou ao Magrebe e primordialmente para Marrocos, enquanto 44% foi canalizado para a América Latina.

Nos últimos 18 anos, cerca de 35% dos financiamentos espanhóis destinados para o desenvolvimento dos países do Norte de África, foram aplicados na compra de material militar.

Só as grandes empresas se atrevem a levar a efeito investimentos directos na área da construção, obras públicas, e indústrias químicas, agroalimentar e têxtil onde conseguem reduzir em cerca de 1/3 os custos praticados em Espanha.

O Instituto Catalão do Mediterrâneo reuniu no «Forum Civil Euromed» cerca de 1000 peritos de 34 países para promover projectos de cooperação na área.

A POSIÇÃO PORTUGUESA EM RELAÇÃO AO MAGREBE

É bem conhecida a complementaridade Atlântica atribuída a Portugal, e o interesse Espanhol pelo eixo geoestratégico Canárias-Gibraltar-Baleares o que lhe confere uma complementaridade Mediterrânica.

Todavia, decorrente da análise do actual quadro internacional, não poderá deixar de merecer alguma reflexão e estudo, os aspectos seguintes, que mais directamente poderão influenciar as posições de Portugal nas relações internacionais, face ao novo conceito da fronteira de segurança:

As alterações verificadas e em curso assim como as perspectivas futuras na Europa Central e do Leste.

A retirada de 2/3 das Forças Armadas Americanas do teatro Europeu.

A necessidade de cooperação internacional para a resolução das novas dimensões, entretanto assumidas pelos problemas da segurança.

A evolução da UE e da UEO.

As assimetrias existentes na bacia do mediterrâneo, designadamente na região do Magrebe.

Portugal deverá procurar potenciar as suas posições, para conseguir a defesa dos seus interesses principais no âmbito das organizações internacionais e das relações multilaterais, já aqui referidas e das quais Portugal é parte.

Para além disso, continuam a existir janelas de oportunidade no âmbito bilateral para a cooperação de Portugal, no caso vertente com os países do Magrebe.

Com efeito, a inexistência de qualquer contencioso, a proximidade geográfica dos países do Magrebe e, desde os resultados conseguidos no 2.º Fórum do Mediterrâneo Ocidental realizado em Lisboa em Novembro de 1991, tudo aponta no âmbito bilateral para a concretização de algumas oportunidades. Entre estas, a criação de sociedades mistas em diversos sectores designadamente no agro-alimentar, na construção civil, na reparação naval, nas comunicações e infraestruturas, na formação do pessoal, no turismo, na assistência técnica e sobretudo no aproveitamento, já em curso, do gás natural da Argélia.

No âmbito bilateral foram já assinados os seguintes acordos:

– *Acordo de cooperação em matéria de defesa entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos*

Assinado em Lisboa em 23 de Setembro de 1993, tem por objectivos consolidar as relações de amizade entre os dois países e a cooperação quer na área militar, quer nas áreas tecnológicas e industriais em matéria de defesa.

Para promover a cooperação e o intercâmbio entre as FA's dos dois países está prevista a organização de visitas, colóquios e troca de delegações, a preparação e execução de treino operacional, a troca de observadores para os exercícios à escala nacional e cursos de formação e aperfeiçoamento nas Escolas e Academias militares.

Para promover a cooperação nas áreas tecnológicas e industriais em matéria de defesa, está previsto o estabelecimento de programas comuns para investigação, desenvolvimento e produção de material e equipamentos, assim como as trocas comerciais de materiais e equipamentos de defesa.

A definição, desenvolvimento e acompanhamento desta cooperação está a cargo duma Comissão Mista.

Este acordo tem a validade de 5 anos, sendo tacitamente renovável por períodos de 2 anos, podendo contudo ser denunciado, por escrito, por qualquer das partes.

– *Acordo de Cooperação no domínio da defesa entre a República Portuguesa e a República da Tunísia*

Assinado em Lisboa em 21 de Janeiro de 1995, tem os mesmos objectivos e finalidades que o Acordo anterior, assim como os mesmos períodos de validade e renovação.

Em conformidade com a Acta da Reunião da Comissão Mista Luso-Tunisina na área da defesa estão previstos:

Estágios de aplicação a bordo de navios oceanográficos e intercâmbio entre as Direcções de Faróis.

Intercâmbio e estágios de mergulhadores de combate.

Intercâmbio entre Escolas e Academias Militares e a frequência de Cursos de Estado-Maior.

Intercâmbio de observadores em exercícios de carácter nacional, embarque em navios e troca de tripulações de aeronaves C-130.

Reparações de aviões e motores, assim como estágios nas OGMA.

Visitas de especialistas Tunisinos a algumas indústrias civis que trabalham para o Ministério da Defesa em áreas como a electrónica e as telecomunicações.

6. EM GEITO DE CONCLUSÕES

A POSIÇÃO PORTUGUESA NO QUADRO INTERNACIONAL

Com a liberalização do comércio mundial está prevista uma quebra das exportações dos países do Magrebe em cerca de 30%, e se nada for feito, o mais provável será a comunidade internacional estar perante fluxos migratórios no sentido Sul/Norte, tanto mais que aberta aos mercados e aos fluxos de capitais a UE mostra-se silenciosa em relação à circulação de pessoas.

A situação no Magrebe apresenta, nos nossos dias, factores de instabilidade e prospectivam-se muitas incertezas no futuro, se nada for entretanto conseguido, quer no contexto das relações Norte/Norte e quer sobretudo no das relações Norte/Sul.

Com efeito, a sobreposição das organizações que têm vocação e dimensão Norte/Norte designadamente a OSCE, NATO, UEO e UE assim como as vocacionadas para o diálogo Sul/Sul como a UMA e o Grupo dos 5+5 ou até a CSCM, necessitam de alguma coordenação no intuito de que uma visão sistémica do Mediterrâneo, não se perca perante a primazia dos diversos conjuntos regionais.

Conhecidas como são preponderantes as dependências, de muitos países Europeus, em materiais energéticos e não-energéticos provenientes do Magrebe, torna-se contudo necessário uma *coordenação de esforços* por forma a que se consiga uma complementaridade económica e uma convivência política e

social baseada em interesses e valores comuns tanto para os países do Norte como do Sul do Mediterrâneo.

Por isso, o Magrebe nos termos do mandato do Conselho Europeu de Junho de 1992, surge como uma das áreas em que o desenvolvimento de «ações comuns» é considerada vantajosa para os objectivos da UE.

A ONU não tem tomado quaisquer medidas, mesmo que preventivas, face aos insistentes apelos das violações dos direitos humanos relatados pela Amnistia Internacional.

Só o Conselho de Segurança, pela Resolução N.º 748 de Abril de 1992, impôs um embargo aéreo e militar à Líbia, e no ano seguinte o congelamento das contas no estrangeiro e a proibição de venda de equipamento petrolífero àquele país.

Uma vez conseguida a estabilidade no Médio-Oriente, estará satisfeita parte dos condicionalismos conducentes para a realização com êxito duma conferência sobre segurança entre os Estados que circundam o Mediterrâneo.

Possivelmente, só assim se atingirá uma melhoria na cooperação em áreas como a económica e a cultural que permita a participação política duma população cada vez mais jovem, que necessita de estabilidade e de novas estruturas, para que possa acreditar e ter confiança no futuro

Sendo complexo, é igualmente muito vasto o quadro das Alianças Internacionais de que Portugal é parte e onde poderá e deverá potenciar a defesa dos seus interesses em relação ao Magrebe.

A POSIÇÃO PORTUGUESA NO PLANO BILATERAL

A possível instabilidade no Norte de África, afectando a Segurança Europeia, afectará também Portugal, tornando-se necessário por via disso, um acompanhamento directo do ambiente estratégico regional que mais directamente nos possa vir a influenciar.

Portugal está geograficamente muito próximo dos problemas que possam vir a afectar a região do Magrebe e por isso julgo útil e oportuno este ciclo de conferências que tem permitido equacionar as causas e os efeitos que mais directamente nos poderão afectar face à evolução naquela região.

Considerando a necessidade de segurança e cooperação nos nossos dias, é inquestionável a importância das relações Norte/Sul. Todavia o facto dos riscos provenientes do Magrebe poderem afectar de forma mais directa outras Unidades Políticas nossas Aliadas, julgo estarem feitas as condições que permitem a

Portugal continuar a elaborar uma análise serena e desapaixonada sobre o Magrebe.

Isto porque, embora a presença Portuguesa se tenha feito sentir na Região ao longo de três séculos e meio, não existem traumas coloniais nem quaisquer reivindicações territoriais.

Por isso, Portugal deverá assumir o papel de interlocutor privilegiado na Região Magrebina.

Após a celebração dos Acordos com o Reino de Marrocos e a República da Tunísia e com investimentos credíveis como os decorrentes da importação do gás natural da Argélia, Portugal poderá dar algum contributo para a resolução dos múltiplos problemas que afectam o Magrebe.

Janeiro de 1996

Luís de Medeiros Ferreira

BIBLIOGRAFIA

- AHMED, Abdelkadar Sid Alimed, Les relations énergétiques Magreb – CEE.
- ALLAOUI, Prof.^a Doutora Bensalah, «Situação e Perspectivas de Evolução no Magrebe» – Textos de apoio, publicação do IDN.
- ALAOUI, Mohamed Ben El Hassan, La Coopération entre L'Union Européene et les pays du Magreb, ed. Nathan, 1994.
- BALTA, Paul/Colaboração de Claudine Rulleau, Le Grand Maghreb: Des Indépendance à l'an 2000, Edição La Découverte, ano 1990.
- CUADERNOS DE ESTRATÉGIA N.º 47 – Factores de RIESGO EN EL ÁREA MEDITERRÁNEA – ed. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional.
- DUMAS, Marie-Luey, Méditerranée Occidentale, Sécurité et Coopération, Fondation pour les études des Défense Nationale, Mai 1992.
- FARIA, Fernanda – «Politiques de sécurité au Magreb: les impératifs de la stabilité intérieure» ed. IEEI, ano 1994.
- FIELD, Michael – Inside the Arab World, edição 1994.
- LAWLESS, Richard, «War and Refuges: The Western Sahara Conflict».
- MERLO, Marc, «Perspectives Stratégiques n.º 10/95».
- NAIR, Sami, «Europa y el Mediterráneo», El Pais, 20 de Setiembre de 1995.
- Segurança e Estabilidade no Mediterrâneo Ocidental, edição do Ministério da Defesa Nacional, ano 1992.
- VASCONCELOS, Álvaro, Européens et Maghrébins: une solidarité obligée ed. Karthala, ano 1993.